



## A REVISTA AFIRMATIVA: UMA EXPERIÊNCIA NOS CAMPOS DO JORNALISMO, CIDADANIA E POLÍTICAS AFIRMATIVAS

*Afirmativa magazine: an experience in the fields of journalism, citizenship and affirmative policies*

*La revista afirmativa: una experiencia en campos de periodismo, ciudadanía y políticas afirmativas*

***Daniela Abreu Matos***

Professora da Universidade Federal do Recôncavo Baiano  
*d.abreu.matos@gmail.com*

***Jorge Cardoso Filho***

Professor da Universidade Federal do Recôncavo Baiano  
*cardosofilho.jorge@gmail.com*

***Jussara Maia***

Professora da Universidade Federal do Recôncavo Baiano  
*jussaramaia@uol.com.br*

***Luiz Henrique Sá da Nova***

Professor da Universidade Federal do Recôncavo Baiano  
*luiznova1@gmail.com*

### **Resumo**

O artigo analisa um produto jornalístico desenvolvido por estudantes do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, a Revista Afirmativa, sobretudo no que se refere à cobertura das políticas de ação afirmativa no âmbito da educação. Demonstra que a produção desestabiliza marcas tradicionais do fazer jornalístico, tratando-o como prática cultural e formação discursiva que oferece enquadramentos alternativos dados a questões étnicas, políticas, sociais, religiosas e culturais contemporâneas.

**Palavras-chave:** Jornalismo. Ações Afirmativas. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.



## Abstract

The article analyzes a journalistic product developed by Communication's students, bachelor in Journalism, from the Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, the Affirmative Magazine, particularly as regards in the coverage of affirmative action policies in education. It shows that the production destabilizes traditional brand of doing journalism, treating it as a cultural practice and discursive formation, offering alternative frames to ethnic, political, social, religious and contemporary cultural debates.

**Keywords:** Journalism. Affirmative Policies. Federal University from Recôncavo da Bahia.

## Resumen

El artículo analiza un producto periodístico desarrollado por los alumnos del curso de Comunicación Social, Periodismo, de la Universidade Federal del Recôncavo de Bahía - UFRB, la Revista Afirmativa, sobre todo por lo que se refiere a la cobertura de las políticas de acción afirmativa en la educación. El análisis demuestra que esta producción desestabiliza marcas tradicionales del hacer periodístico, tratándolo como una práctica cultural y formación discursiva que ofrece marcos alternativos para los debates étnicos, políticos, sociales, religiosos y culturales contemporáneos.

**Palabras clave:** Periodismo. Políticas Afirmativas. Universidad Federal de lo Reconcavo da Bahia.

## 1 INTRODUÇÃO

Esse texto faz uma análise reflexiva sobre um produto jornalístico desenvolvido por estudantes e egressos do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, a Revista Afirmativa, a fim de discutir as potências e limites que a prática que se anuncia nesse produto cultural podem promover na reflexão sobre o jornalismo, engajamento e política no cenário contemporâneo.

Para promover tal reflexão, foram mapeados alguns discursos hegemônicos sobre o Jornalismo no contexto hodierno, bem como reivindicações sobre um fazer jornalístico que mantém a perseguição pela imparcialidade e objetividade como baluartes, ao mesmo tempo em que a condição da notícia como mercadoria torna-se largamente aceita nas sociedades. Esse cenário é contrastado a partir de alguns discursos alternativos sobre o Jornalismo, sobretudo àqueles que o entendem como um “lugar de fala” a partir do qual podem-se inferir alguns posicionamentos discursivos. Nesse sentido, o Jornalismo seria compreendido como uma prática cultural tensiva e múltipla que reivindica diversidade e possibilidade do contraditório.

Em seguida, caracterizamos a experiência da Revista *Afirmativa* bem como seu contexto de emergência. Destacamos o próprio local de emergência da iniciativa, o Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, localizado nas cidades de Cachoeira e São Félix – distantes cerca de 110 km da capital Salvador; o perfil da universidade e do corpo discente, ambos reivindicando uma forte matriz afrodescendente.

Por fim, analisamos os dois números da Revista *Afirmativa* buscando identificar como ela promove abalos nos enquadramentos hegemônicos relativos a questões políticas, sociais e culturais contemporâneas, sobretudo no que se refere à cobertura das políticas de ação afirmativa no âmbito da educação. Apresentamos também limites da abordagem da revista e sugestões para ir na raiz de determinados problemas relacionados ao fazer jornalístico.

## 2 JORNALISMO E DISCURSO HEGEMÔNICO

A superação da coerção a partir do Estado, como forma de governar, a busca da coesão e do consenso social consolidou-se como caminho eficiente para a construção da governabilidade e reafirmação dos valores hegemônicos, reconfigurando o exercício do poder<sup>1</sup>. Entre as várias instituições que interferem na praticada descentralização contemporânea do exercício do poder está a mídia que constrói o seu lugar de fala, por sua participação na construção e consolidação do consenso, sustentada no senso comum e na moral dominante.

O *sistema midiático*, em institucionalização empresarial, representa o espaço público-privatizado ou “esfera social” (HABERMAS, 1984), editada pelos interesses hegemônicos, dinamizados pela dependência da audiência, significando lucro e adesão cultural e ideológica. O Jornalismo dominante representa então “interesses gerais naturalizados” e reproduz o modelo dominante de sociedade, potencializando sua relação conservadora com a audiência.

A mídia expressa a lógica empresarial que a institucionaliza, em compromisso com o Estado, e representa os valores, conceitos, preconceitos e modos de vida que consolidam a segregação social, própria do sistema econômico. Ela fala a todos, na formatação da realidade

---

<sup>1</sup> Ao destacar a predominância da coesão, como forma dominante no exercício do poder, a análise aqui apresentada não pretende, em momento algum, induzir ao entendimento de que o Estado tenha se desarmado seu aparelho repressivo e, muito menos, que hesite em usá-lo. Afirma-se que, no entanto, mesmo com a violência legitimada em suas mãos, o Estado opta pela naturalização dos interesses dominantes, como se fossem de toda a sociedade. O consenso fortalece e consolida a condução hegemônica, assim, optar pela coesão decorre da hegemonia do capitalismo liberal e da necessidade de evitar o desgaste da violência física contra os integrantes de determinada sociedade.

fragmentada para garantir o núcleo central dos interesses dominantes, por isso mesmo fala a poucos, não permitindo a representação dos interesses e identidades segregadas.

Portanto, para melhor compreender a mídia é preciso discutir sua presença na sociedade, enquanto instituição empresarial e agente do campo econômico, também. Esta dimensão a torna ativa no processo monopolista e globalizante do capitalismo contemporâneo ou tardio, ainda que tensionada na contradição de espaço privado, de função pública. A relação assimétrica entre ser agente do processo hegemônico e se sustentar economicamente no atendimento do ser espaço público e das demandas sociais transforma-a em meio efetivo na consolidação do poder político-econômico estabelecido, em meio às tensões próprias da *sociedade civil* (GRAMSCI, 2000), da cultura e da hegemonia.

Essa dimensão da prática midiática sustenta-se na individuação como conceito social dominante na sociedade contemporânea, impondo que a *hegemonia* seja construída cotidianamente, como parte da consolidação dos conceitos e valores que devem nortear a presença social de todos e de cada um, como *enquadramento* necessário e uma autonomia limitada. Este “acompanhamento” cotidiano é que delega à mídia um papel de construtora do consenso e de sustentação do *status quo*. Isto acontece como exigência do aparecimento de novos agentes, pleitos e cenários de disputa, em uma sociedade marcada pela individuação massificada e pela substituição da coerção pela coesão, enquanto instrumento predominante no exercício do poder cotidiano, aqui abordado em relação às democracias liberais.

A análise aqui pretendida, com base no esboço do cenário contemporâneo, restringe-se ao Jornalismo enquanto produção cultural, simbólica e mercantil que serve destacadamente à política de consolidação dos interesses econômicos e da estabilidade do modelo de sociedade dominante. Como todo processo sociocultural, o Jornalismo é ainda e também, destacadamente, um *lócus* de tensão. Hegemonias e contra hegemonias se apresentam, navegam e se confrontam, ainda que em uma consolidada relação assimétrica de contextos econômicos, políticos e culturais, determinando opressões estruturadas em forma de exploração e preconceitos.

É da constatação e consciência desta assimetria que a experiência de um Jornalismo Alternativo pensado e executado por estudantes do Curso de Comunicação da UFRB (Cachoeira, Bahia), a Revista Afirmativa, se constitui no objeto deste artigo enquanto vivência e exemplo dos caminhos possíveis no embate com a hegemonia mercantil, representada pela mídia dominante. Para analisar a dimensão e importância de iniciativas

como esta, destacaremos os parâmetros jornalísticos, políticos e culturais que permitem estabelecer o perfil e limites da mídia dominante.

O primeiro aspecto a observar é que a superação histórica da teoria funcional que pretendia apresentar o jornalismo como uma prática social asséptica ainda em acelerada fragilização, não se constituindo mais na bandeira de autodefesa que a mídia hegemônica empunha como definição do seu lugar de fala. A repetição formal dos princípios da imparcialidade e objetividade deixa de estar presente na maioria das situações.

Superada a fase em que pretendia se apresentar como espelho, representação imparcial e objetiva da realidade, a mídia consolida-se como meio, “palco” de naturalização e legitimação dos interesses hegemônicos. Assim, a interferência ampla na sociedade institui à mídia uma condição de *condottiere*, assumindo a dimensão de *príncipe eletrônico* (IANNI, 2000). O sujeito midiático, *príncipe*, articula, define e executa estratégias que objetivam consolidar os interesses dos setores hegemônicos e o modo de vida da sociedade que os representa, a liberal capitalista, através da construção de cenários que lhes sejam favoráveis.

A identificação da ação *condottiere* praticada pela mídia enquanto *príncipe eletrônico*, em particular do jornalismo, se dá através do conceito de *enquadramento*<sup>2</sup> (WOLF, 1987; PORTO, 2002). Este é apresentado na teoria do jornalismo como conceito operativo das análises que superam as abordagens baseadas na *objetividade*, *imparcialidade* e *agenda setting*. Os conceitos de *enquadramento* e de *orientação estruturada* (HACKETT, 1993) permitem identificar as referências narrativas acionadas para naturalizar e legitimar os interesses hegemônicos.

Mas, não só os protagonistas e financiadores da mídia - proprietários, anunciantes e o Estado, com verbas publicitárias e outras subvenções - interferem na formatação final do produto midiático. A relação social, na produção dos bem simbólicos, é mais complexa, sustenta-se na construção da hegemonia e sua construção dialética. A relação mercadológica, sustentada no capital da credibilidade, força a busca de sintonia entre o produto oferecido e os desejos do público.

A prática jornalística contemporânea, portanto, mesmo registrando compromissos formais de objetividade e imparcialidade, é marcada pela construção identitária dos setores sociais que representam. Por isto, naufragam os princípios jornalísticos do lugar de fala do

---

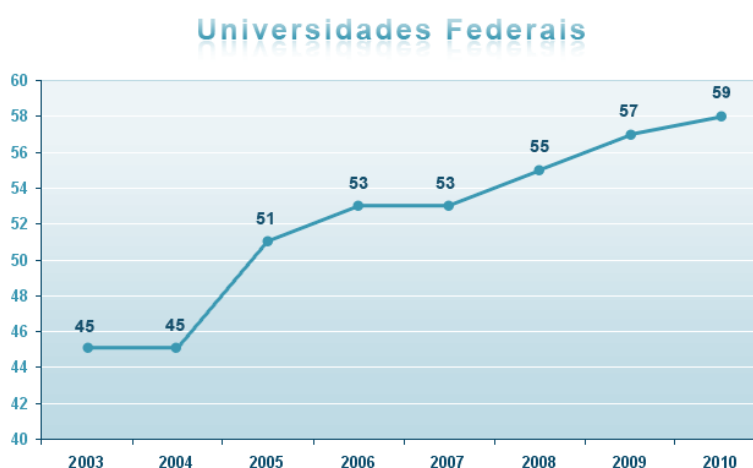
<sup>2</sup> - *Enquadramento* ou *framing* – é o identificar “da ‘imposição’ de um quadro interpretativo àquilo que foi intensivamente coberto” (WOLF, 1987: 155), oferecendo a possibilidade de entender o sentido mais profundo da notícia. As pesquisas baseadas nos conceitos de *enquadramento* ou *framing* ganham espaço no campo de estudos da Comunicação e Política, por serem conceitos que permitem a identificação de processos hegemônicos e contra hegemônicos representados na mídia.

público e da sociedade civil, em toda a sua pluralidade. Cresce de importância a constituição da prática do jornalismo alternativo, dando voz aos que a mídia hegemônica não representa e segrega.

### 3 O CONTEXTO DE EMERGÊNCIA DA REVISTA AFIRMATIVA

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia foi criada pela Lei nº 11.151 de 29 de julho de 2005, a partir do desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia. Iniciou, oficialmente, suas atividades de ensino e administrativas em 03 de julho de 2006. A UFRB responde a uma demanda dos atores sociais do campo da educação na Bahia, visto que até a sua criação o Estado só possuía uma Instituição Federal de Ensino Superior, localizada na capital do Estado e com baixa capilaridade no interior do Bahia, apenas o Campus de Cruz das Almas e, muito recentemente, o Campus de Vitória da Conquista estavam localizados fora da capital baiana.

No âmbito macro político, a UFRB está inserida no Plano de Reestruturação e Expansão do Ensino Superior- REUNI que, desde 2003, provocou a ampliação das IFES existentes a criação de novas instituições de ensino superior. No período entre 2003 e 2011 o número de municípios brasileiros atendidos pelas Universidades Federais passou de 114 para 237, segundo dados do Ministério da Educação (2015). Já o número de Universidade aumentou de 45 para 59 Instituições, conforme gráfico abaixo.



**Fonte:** <http://reuni.mec.gov.br/expansão>

A UFRB é uma Universidade Multicampi, nessa característica reside sua maior riqueza e também seu maior desafio. A Universidade do Recôncavo é formada por seis (06)



Campi em diferentes cidades: Cruz das Almas, Cachoeira, Santo Antônio de Jesus, Amargosa, Santo Amaro e Feira de Santana. Essa estrutura tem uma relação direta com a região do Recôncavo da Bahia, um espaço cultural-histórico e geográfico ocupado desde muito cedo pela colonização portuguesa e, portanto, um lugar de tensões e negociações sócio-culturais que definem seu posicionamento identitário como um território de encontros, diversidades, e, especialmente, de notadas e históricas desigualdades sociais.

Assim, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia nasce numa região que carrega uma rica história de encontros, contradições e trocas culturais. A UFRB faz parte e se reconhece como parte dessa história, pois é fruto das aspirações e da mobilização das comunidades locais. Daí que ela também é herdeira das tradições culturais de luta do povo do Recôncavo. Mas como lugar de encontro e de diversidade, o Recôncavo sempre foi terreno fértil para a invenção e reinvenção. Não por acaso um dos compromissos fundadores da UFRB é com a invenção de outra perspectiva de desenvolvimento que promova a melhoria da vida das pessoas e o exercício pleno de suas capacidades humanas. (FRAGA, 2010, p. 17)

A comunidade discente da UFRB, em 2015, é formada por 8.284 alunos de graduação e 782 alunos de pós-graduação, totalizando 9.066 pessoas moradoras de diversos municípios localizados na macrorregião identificada como Recôncavo da Bahia. Desse conjunto, segundo dados institucionais (ASCOM/UFRB, 2015), a ampla maioria é proveniente das classes C, D e E (71,89%) e se autodeclaram afrodescendentes (84,3%). A relação entre perfil dos alunos e contexto sociocultural de inserção da Universidade traz para a Instituição algumas marcas bastante evidentes, entre elas, a demanda por uma política de assistência estudantil baseada no conceito de Políticas Afirmativas para o apoio ao acesso e à permanência qualificada dos seus discentes.

Como forma de dialogar com seu contexto de inserção e ciente da sua responsabilidade em promover políticas de igualdade racial inclusão social, enquanto novo ator político no contexto desigual e excludente do Recôncavo da Bahia, a UFRB cria a “pioneira” (DIAS & NASCIMENTO, 2010) Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – PROPAAE.

As ações afirmativas partem do reconhecimento da pluralidade da nossa sociedade, ao entender que todos os grupos sociais que a constituem têm direito de acesso às políticas públicas e institucionais que visem a promoção da equidade. A UFRB assumiu o compromisso de garantir o acesso, a permanência e a pós-permanência de estudantes oriundos de escolas públicas, que se declaram pretos ou pardos, índio ou descendentes, índios aldeados e remanescentes de quilombos, através da Política Institucional de Ações Afirmativas. (DIAS & NASCIMENTO, 2010, p. 28)

Esse contexto – sócio-histórico e institucional – será definidor para o surgimento da Revista Afirmativa, produto jornalístico foco da análise desse texto. Ela nasce, inclusive, com apoio da PROPAAE, de modo que é possível pensar que a própria instituição se visibiliza mediante a ação desses estudantes, mas que esses mesmos estudantes apresentam novas pautas e exigem posicionamentos da universidade. É justamente a partir dessa situação de encontros e tensões que emerge a possibilidade de construção de um discurso jornalístico que incorpora a condição desigual como uma tônica no seu lugar de constituição enquanto sujeito.

### 3.1 Dois Números da Revista Afirmativa em Análise

O primeiro número da Revista Afirmativa foi lançado em 19 de março 2014, por alunos do curso de Comunicação Social, com apoio da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE-UFRB), a Coordenadoria de Políticas Afirmativas (CPA-UFRB), Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia (SEPROMI), Colegiado do Curso de Comunicação Social, Jornalismo-UFRB e o Núcleo Akofena - Núcleo de Negras e Negros Estudantes da UFRB. A publicidade que tem espaço na revista também apresenta conteúdo relacionado aos debates étnicos, são eles: Zumvi – Arquivo Fotográfico (que reúne registros das manifestações do movimento negro, nos últimos 20 anos), Tela Preta – Coletivo de Cineastas Negros, e a própria publicidade da revista Afirmativa.

A equipe de repórteres, na ocasião, era capitaneada por Alane Reis, estudante do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo. Além dela, outros quatro estudantes: Rose Cerqueira, Amanda Dias, Rafael Bacelar e Morgana Damásio e o egresso Diogo de Oliveira, todos do curso de Comunicação Social. A maior parte dos colaboradores da revista também eram estudantes. “Somos nós, falando de nós, para todo mundo”. O slogan da revista, enunciado na última página, já indica a posição que a mesma assume, entendendo seu lugar de fala como um elemento a ser explicitado para com os seus leitores.

A primeira edição foi composta por cinco matérias e uma coluna. Elas abordavam problemas relacionados às políticas de igualdade racial, (in)tolerância sexual e religiosa e engajamento político, de modo que evidencia a necessidade de apresentar uma discussão que considere os problemas enfrentados pelos estudantes da universidade. Trata-se, nesse sentido, de um discurso auto representativo, que implica os próprios estudantes como sujeitos concernidos nas questões debatidas, bem como o acionamento da experiência por eles vivida.

A matéria *Nome de Guerra*, por exemplo, de autoria de Diogo de Oliveira e Alane Reis, reflete sobre o papel das universidades na discussão sobre crimes de homofobia e



discute, especificamente, casos ocorridos em cidades que a UFRB possui campi: Amargosa e Cachoeira. Ou seja, há uma motivação em apresentar uma auto representação da realidade, envolvendo aqueles que a experimentam. Nesse caso, o cidadão que experimenta tais questões não é construído enquanto um personagem na condição de vulnerabilidade, apenas, mas como como sujeito concernido que reivindica formas de engajamento no debate público da questão. Mais além, esse sujeito não é alguém distante cultural ou geograficamente do leitor da revista, mas um semelhante que, possivelmente, vive na mesma cidade ou numa mesma situação cultural que esse leitor. Tal perspectiva contribui para a construção de um sentido de partilha e comunidade – pois o leitor se reconhece naquele problema (não na forma espetacular e “engessada” pela narrativa, mas pela posição sociocultural que ambos partilham).

Já na matéria *Cotas na Pós-graduação*, de Rose Cerqueira e Lázaro Roberto, capa da primeira edição da revista, a questão do sistema de ingresso por meio de cotas sociais e étnicas à pós-graduação é discutido a partir da experiência de pós-graduandos e de professores de programas de pós-graduação. O tema voltou à pauta de debates em 2013, quando UNB e UFRJ implementaram política de cotas em alguns cursos de Pós-Graduação, e é discutido de maneira ampla, uma vez que a própria UFRB não possui experiência de ação desse porte. Percebe-se, desse modo, que a estratégia de inserir os concernidos se dá a partir da fala de atores que já desenvolveram tais ações ou que se manifestaram de algum modo (favoráveis ou contrários). Ao construí-la desse modo, a matéria da revista incorpora o próprio debate sobre cotas na pós-graduação na pauta da universidade, fazendo com que a controvérsia se torne também daquela comunidade acadêmica.

Ambas as abordagens escolhidas nas matérias retomam, de algum modo, um estudo clássico das teorias do Jornalismo, produzido por Stuart Hall *et all* (1993), no qual destacam a dependência do jornalismo em determinados “definidores primários” – aquelas autoridades capazes de um “falar sobre” e partir das quais o jornalista constrói suas narrativas. Tratam-se dos definidores dos “mapas” culturais do mundo social aos quais os autores se referem, pois tais mapas são imprescindíveis para caracterizar com sentidos os eventos singulares, matéria prima da notícia.

Nesse problema clássico, identificado por Hall *et all* (1993), os autores apontam que, de uma maneira ou de outra, os jornalistas acabam sendo, eles próprios, vítimas dos discursos hegemônicos presentes na sociedade, uma vez que precisam apresentar explicações para os eventos singulares baseados nas narrativas que alguns atores sociais constroem – que, em sua maioria, representam forças conservadoras e que almejam manter o *status quo* e as assimetrias

nas disputas discursivas. Não é de forma ingênua, portanto, que os discursos reproduzidos por um modelo hegemônico apresentam cidadãos em posições de vulnerabilidade.

Na maioria das vezes, os cidadãos concernidos nesses problemas aparecem como que “tutelados” pela voz autorizada dos definidores primários e, portanto, apanhados numa posição de fragilidade – pois precisam de alguém autorizado para falar pelas suas demandas e reivindicações (LIMA & CARDOSO FILHO, 2012, p. 56)

Para não ser apanhado nessa armadilha, *Hall et all* (1993) deixam implícito a necessidade de encarar a narrativa jornalística como um discurso social inscrito histórico e culturalmente, de modo que podem reposicionar os papéis que os diferentes atores sociais ocupam em contextos diversos e, desse modo, borrar os papéis de autoridade que atores sociais exercem na sociedade contemporânea, como também apontam Benetti (2009) e Franciscato (2005). É sintomático dessas formas de reconfiguração, por exemplo, o crescimento das Organizações Não-Governamentais (ONG's), dos movimentos sociais e, mais recentemente, dos coletivos organizados nos processos de participação e engajamento dos cidadãos<sup>3</sup> (LIMA & CARDOSO FILHO, 2012). É por esse prisma que a *Afirmativa* aborda as questões em suas matérias, de modo a tornar outros atores sociais definidores primários para a discussão. Nesse sentido, ela amplia a possibilidade de participação democrática e desestabiliza valores cultuados pela sociedade de consumo.

A segunda edição da *Revista Afirmativa* saiu em 04 de novembro de 2014 e mantém o padrão visual criado no primeiro número. Além dos anunciantes que aparecem na primeira edição (Zumvi e Tela Preta) a revista traz, na contracapa, o anúncio do filme *Lápis de Cor*, de Larissa Santos, cineasta que lançou o filme com o apoio da Chama Pública do Núcleo de Jornalismo do Canal Futura, em parceria com a ABTU – Associação Brasileira de Televisão Universitária e a Globo Universidade. A cineasta também é estudante do curso de graduação em Cinema e Audiovisual da UFRB, o que demonstra um forte senso de parceria e comunidade entre os estudantes engajados na discussão étnico-racial, no Centro de Artes, Humanidades e Letras.

Nesse segundo número, a *Afirmativa* reitera o compromisso da publicação com a apresentação de pautas sobre a realidade enfrentada por uma parcela significativa da população, alijada dos debates públicos que a grande mídia visita, apenas quando dão origem a tragédias retumbantes. Este é o fio condutor da publicação, desde o editorial, passando por

---

<sup>3</sup> Os dois primeiros mais vinculados a uma forma tradicional de organização social, com estruturas já reconhecidas e legitimadas, inclusive, pelo Estado. Os coletivos mostraram sua força no início do século XXI, quando mediante ações sem lideranças instituídas, promoveram uma série de reivindicações e expressões políticas em diversas cidades brasileiras e do mundo.

seis reportagens, uma entrevista *ping pong*, uma coluna e um conto (O Candidato), do poeta e escritor Lande M. Onawale, que substitui a visão maniqueísta por um olhar maduro das contradições da política demarcada por questões étnicas. A revista debruça-se sobre temáticas que envolvem as lutas travadas por atores sociais desempoderados, no dizer foucaultiano, diante de uma realidade histórica, marcada por diversas formas de violência, desde a que fere a dignidade humana, praticada rotineiramente, até aquela que os fazem tombar, reduzidos a números e estatísticas.

Na perspectiva de autores dos estudos culturais, tal posição implica subverter a escolha da grande mídia que não apresenta o mundo como uma sucessão de acontecimentos desordenados e caóticos, mas, ao contrário, procura construir nexos e sentidos para assegurar a reconstituição da noção de *consenso*, de ordem e rotina, para produzir coesão social. A mídia, na maioria das vezes, tende a ignorar rupturas culturais ou econômicas, conflitos de interesses entre grupos e classes sociais, considerando, por exemplo, que todos os grupos sociais têm igual acesso às instituições políticas (Executivo, Legislativo e Judiciário), em que são tomadas as decisões sobre a vida de todos na sociedade.

Os acontecimentos, enquanto notícias, são regularmente interpretados dentro de enquadramentos que derivam, em parte, desta noção de *consenso* enquanto característica básica da vida cotidiana. São elaborados através de uma variedade de explicações, imagens e discursos que articulam o que o público supõe pensar e saber da sociedade (HALL, 1993, p. 227).

A notícia está relacionada ao universo que integra a percepção de temas, reconhecidos como pertinentes ao jornalismo, para que, numa operação posterior, um fato ganhe existência no conceito jornalístico de notícia, como um acontecimento verdadeiro e relevante, dimensões fundamentais à própria existência do jornalismo e à sua legitimação. Os valores-notícia sistematizados, internamente, para orientar o trabalho de uma organização específica, são designados por Guerra<sup>4</sup> (2008) como valores-notícia de referência. Estes são determinados, a partir da estreita relação entre conceitos e normas da instituição jornalística, a satisfação das expectativas do público visado e a condição de realização da cobertura, segundo os critérios da organização. “A definição de quais serão os parâmetros efetivamente usados vai depender de uma série de condições, tanto relacionadas à organização quanto à audiência, definidoras dos Valores-Notícia de Referência” (2008, p.231).

---

<sup>4</sup> Apesar de utilizar um conceito de mediação diferente daquele concebido por Martín-Barbero (2008), a pesquisa realizada por Josenildo Guerra (2008) é enriquecedora na diferenciação que o autor faz entre valores-notícia e valores-notícia de referência, na formulação de uma sustentação teórica para as práticas jornalísticas, com a proposição de conceitos e dos parâmetros de verdade e relevância para avaliação da qualidade dos produtos jornalísticos.

Comprometida com as políticas afirmativas e voltada para a parcela da população que reivindica seu lugar social, a Afirmativa em sua matéria principal, de Jonas Pinheiro e Morgana Damásio, esquadrinha o embate religioso, atual e antigo, baseado na disseminação do preconceito que envolve, também, o interesse na ampliação dos lucros de instituições religiosas, através da multiplicação de fiéis. Na chamada da capa - Racismo Religioso: “Caça às bruxas” no Brasil contemporâneo – a ilustração expressa a força da mãe de santo, na figura vestida de branco, no centro da página, à frente de silhuetas de pessoas que expressam sofrimento e resistência, sobre o título, cujas cores das fontes articulam a afirmação da cor preta, na palavra Racismo, ao amarelo dourado do termo Religioso, com o apelo duplo, ao valor das crenças religiosas e aos interesses econômicos envolvidos. Ainda que ofereça ao leitor as vozes de vários atores implicados nas agressões contra os adeptos de religiões de matrizes africanas, o texto toma como verdadeiro o discurso da diversidade cultural que está impregnado na construção da identidade do brasileiro e, mais ainda, do baiano, para legitimar os gritos por justiça do Povo de Santo. É deste lugar discursivo, em sintonia com a função social do jornalismo, que a reportagem apresenta opiniões de representantes de movimentos sociais, pesquisadores do assunto, historiador, antropólogo, ao lado de testemunhos de Yalorixás e filhas de santo e do contraditório, na voz da assessoria de comunicação da igreja neopentecostal, acusada de racismo. Invertendo a perspectiva hegemônica do jornalismo, essas fontes são as definidoras primárias, como destaca Stuart Hall *et all* (1993), enquanto a pesquisa em documentos históricos de decisões de instituições, como o Ministério Público Federal, a Vara de Fazenda Federal e o Tribunal Regional Federal, operam como definidores secundários. Apesar de tomar o território do Recôncavo como lugar dos embates, o texto reivindica os nexos entre o local e o nacional, e até o transnacional, também entre passado e presente, oferecendo ao leitor um olhar profundo, largo e denso sobre os riscos do fundamentalismo religioso, silencioso e ameaçador.

Duas reportagens desta edição, com quatro páginas cada texto, ratificam a prioridade do olhar d’Afirmativa sobre o cotidiano de tensões e conflitos, físicos e simbólicos, nestes casos, vividos por índios tupinambá e por mulheres que visitam familiares em prisões, na Bahia, atores sociais cuja representação está vinculada à história de violência e morte. Sob o título ‘Brasil contra os tupinambá – A luta secular de um povo pelo direito de existir’ e o olho ‘Organização e luta’, a reportagem de Alane Reis, Rose Cerqueira e David Aynam traça um panorama do conflito histórico, no sul da Bahia, que repercutiu internacionalmente, em 2014, envolvendo os povos do território indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, em Olivença, os

governos do Brasil e da Bahia e não índios da região. Na reportagem ‘O vexame de tantas Marias’, Morgana Damásio discorre sobre a violência física, psicológica e moral a que estão expostas as mulheres que visitam parentes e amigos nas prisões baianas, provocando constrangimento e até o aborto em mulheres grávidas, após serem obrigadas a passar por revistas íntimas diante das agentes penitenciárias e crianças que as acompanham. Nas duas reportagens, o papel de definidor primário é conferido à pesquisa científica e histórica de documentos, à posição assumida por movimentos e organizações sociais, legislação e entidades brasileiras e internacionais, configurando um cenário bastante heterogêneo, vivido por índios Tupinambá e mulheres que visitam parentes presos, diferente do *consenso* usual na mídia.

A matéria sobre a questão indígena retoma o início do embate, no final do século XIX e início do século XX, quando a rentabilidade do cacau tornou a região atraente para o agronegócio, a partir do trabalho de investigação de pesquisadoras, antropólogas especialistas no tema. A investigação documental sobre o processo de demarcação territorial, decisões do Ministério da Justiça, Governo da Bahia e Procuradoria da República de Ilhéus, a legislação que define as terras indígenas e o relato de índios também oferecem sustentação jornalística para o leitor entender a dimensão complexa da notícia. A reportagem destaca a polaridade entre o interesse econômico que prevalece no Brasil, do título escrito com as fontes em amarelo, e os Tupinambá, termo escrito na cor verde, apelando ao sentido da terra como valor cultural e ambiental para os índios. Fora da lógica do valor-notícia máximo do jornalismo (“*Bad news is good news*”), a revista pauta o conflito quando ainda é tensão, sob o controle da Força Nacional de Segurança, mas pretende fomentar o debate acerca de uma tragédia anunciada que se expressa na declaração do líder dos Tupinambá, cacique Babau, que finaliza o texto: “Pra tirar nós daqui, só matando”.

Através da exposição dos princípios da constituição brasileira e de decisões de entidades como a Organização das Nações Unidas, a reportagem sobre a revista íntima de mulheres que visitam parentes em penitenciárias brasileiras oferece um rico levantamento de fontes que, longe de ratificar o papel do Estado como definidor primário da notícia, mostra a sua cumplicidade com a violação dos Direitos Humanos. O relato da rotina enfrentada por Maria, nome fictício da mãe de um preso da penitenciária Lemos Brito, em Salvador, para visitar o filho, dá existência à realidade vivida por milhares, talvez, milhões, de mulheres, no país que tem a terceira maior população carcerária do mundo, segundo o Centro Internacional de Estudos Prisionais (ICPS), do King’s College, de Londres. O texto mostra que o Brasil



desrespeita a constituição do país, contraria a recomendação do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e do Subcomitê de Prevenção à Tortura da ONU, tornando-se objeto de denúncia da Associação de Familiares e Amigos de Prisioneiros e Prisioneiras do Estado da Bahia (Asfap), como parte de uma silenciosa convivência da sociedade brasileira com esta realidade que a Afirmativa faz emergir.

Sob enfoques distintos e bem diferentes da perspectiva ufanista da cobertura mais comum na mídia, a relação entre o negro e o esporte como expressão de tensões étnicas que permeiam a sociedade foi tema da coluna Sueli Carneiro e da reportagem de Amanda Dias que destaca no título “Super Negões – O esporte sempre se reivindicou como um espaço livre, mas reflete conflitos raciais existentes na sociedade, onde o negro ainda é tratado como um corpo selvagem e primitivo”. Em comum, os dois textos evidenciam a construção material e discursiva de um lugar social destituído de poder e submetido às manobras que favorecem a reiteração do preconceito étnico. No artigo, com o título ‘O sangue negro que paga a Copa’, a historiadora Mayara Pláscido identifica a analogia entre as políticas públicas empregadas no Brasil e na África do Sul, nas Copas do Mundo Fifa, de 2014 e 2010, respectivamente, para expulsar da terra e de sua moradia famílias pobres, predominantemente compostas por negros, de áreas destinadas a empreendimentos destinados ao evento mundial. No mesmo sentido, a reportagem mostra como o corpo do negro é uma arena em que manobras discursivas buscam dotá-lo de atributos naturais, seja através do discurso da ciência genética ou da fisiologia muscular, com acento em características físicas, para justificar o sucesso de atletas negros altamente técnicos, com o apagamento das disputas culturais que expressam. O texto põe em relevo a opinião de atletas negros implicados nas narrativas sobre o desempenho diferenciado e a argumentação de pesquisadores das ciências sociais, evidenciando o corpo como um ‘lugar’ de disputa da história.

Com o título ‘O Medo do Outro’, a entrevista com a Pós-doutora pelo Carter Woodson Institute, nos Estados Unidos, a professora Ângela Figueiredo, realizada por Edimilton Santos e Rose Cerqueira, apresenta as conquistas que as políticas afirmativas e a ampliação da mobilidade social expressam e destaca os desafios a serem enfrentados pela UFRB. As questões debatidas no âmbito das ciências sociais são apontadas pela pesquisadora que procura antecipar os passos a serem dados para tornar a construção de conhecimento acadêmico um processo menos verticalizado, de modo a ampliar a população de mestres e doutores negros.



O reconhecimento de valores positivos vinculados à cultura e à imagem do negro marca o enquadramento das reportagens sobre a beleza dos cabelos crespos e sobre as contribuições das Políticas de Ações Afirmativas que deram origem à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Com o título ‘Força Black - o poder nas raízes’, a reportagem de Alane Reis e Aline Lima recorre à trajetória histórica do bloco Afro Ilê Ayê, criado em 1974 e expressão de um movimento social mais amplo para mostrar como os cabelos crespos são a expressão da identidade e da beleza dos traços étnicos do negro, diante de modelos estéticos preconceituosos. A última reportagem mostra que a Afirmativa, além de fazer o jornalismo avançar no comprometimento com as causas sociais, assume a língua como um espaço vivo que expressa as batalhas culturais em torno do poder de construção sentidos. A matéria que celebra a presença maciça de negros na UFRB, representando 84,3% dos estudantes, destaca no título ‘Denegrir a Universidade – Denegrir significa obscurecer, fazer ficar mais negro ou escuro. Aqui empregado em seu sentido literal’ o domínio de processos sofisticados de tessitura das assimetrias de poder, revolucionando a própria língua para subverter o pensamento hegemônico.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS (POR OUTROS CAMINHOS)**

A análise da revista Afirmativa revela uma concepção do jornalismo mais próxima da função social que a instituição propaga como sua marca identitária e principal atribuição, já que a publicação se vincula ao cotidiano da maior parte da sociedade brasileira, composta por mais de 50,7% da população, segundo o Censo do IBGE (2010), formada por negros, pardos e índios. Apesar de serem constituídas como minorias, na configuração dos discursos hegemônicos, que colonizam os meios de comunicação de maior alcance no país, estas pessoas são, quantitativamente, uma maioria que representa, de modo mais legítimo, o brasileiro comum. Assim, ao dar tratamento jornalístico a acontecimentos que são silenciados na grande mídia, reconhecendo ali a existência de valores-notícia densos e impactantes, a publicação contribui para a prática de um Jornalismo mais próximo do discurso que sustenta a identidade da instituição na defesa do interesse público e da ética, colaborando para a constituição de uma sociedade menos assimétrica, menos desigual.

A Afirmativa expressa a possibilidade de avançar na direção de uma prática jornalística radical, capaz de transformar o próprio jornalismo e a sociedade brasileira, como parte de um fenômeno mais largo de conquistas históricas que a implantação da própria

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia também traduz. A universidade, nesses termos, é parte da construção de saberes que operam como catalizadores da criação de novas territorialidades e novos modos de cidadania, forjados como parte da formação de sujeitos que, ao empregar outras referências para dar sentido ao cotidiano, ressignificam a história de dominação, fazendo emergir um discurso ocultado. Pode-se afirmar, assim, que o campo jornalístico assume um lugar de arena de discursos que, expostos como questões em tensão, deixam ver os rastros de um processo marcado pelo embate entre diversos atores sociais, no lugar da noção de consenso, arquitetura falseada para encobrir os interesses que lhe dão sustentação.

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder (...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou o sistema de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar (FOUCAULT, 2012, p. 10).

Nessa perspectiva, esses embates e tensionamentos marcam não só o fazer político, mas também o fazer jornalístico que se entende como discurso, sempre sujeito a revisão. A experiência desenvolvida por jovens negras e negros, estudantes da UFRB, aponta para uma prática que ambiciona destacar essa dimensão de empoderamento que a narrativa jornalística é capaz configurar, sem subterfúgios, reconhecendo seu lugar de fala pelas políticas de ação afirmativa.

## REFERÊNCIAS

ASCOM/UFRB. Informação UFRB. [**mensagem pessoal**]. Mensagem recebida por <danielamatos.ufrb@gmail.com> em 04 de março de 2015.

BENETTI, Márcia. O jornalismo como acontecimento. **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJor**. USP, São Paulo, 2009.

DIAS, Rita & NASCIMENTO, Claudio Orlando. *Políticas Afirmativas e Estudantis na UFRB*. In: LINS, Alene et al. (orgs.) **UFRB. 5 Anos - Caminhos, Histórias e Memórias**. Cruz das Almas (BA). Editora UFRB, 2010. Pags. 28-31.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 22a ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FRAGA, Walter. A UFRB e o Recôncavo da Bahia. In: LINS, Alene et al. (orgs.) **UFRB. 5 Anos- Caminhos, Histórias e Memórias**. Cruz das Almas (BA). Editora UFRB, 2010. Pags.6-17.



FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão (SE): Editora UFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

GUERRA, Josenildo Luiz. **O percurso interpretativo na produção da notícia**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, vl. 2 trad. Carlos Nelson Coutinho, co-edição Luís Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, RJ, Civilização Brasileira, 2000.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Presente, 1984.

HACKETT, Robert. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objectividade nos estudos dos media noticiosos. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. Lisboa: Vega, 1993. Págs. 101-130.

HALL, Stuart *et all*. A produção social das notícias: o “mugging nos Media. In: TRAQUINA, Nelson. (org). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. Lisboa: Vega, 1993. p. 224 – 248.

IANNI, Octávio. **Enigmas da modernidade mundo**, RJ, Civilização Brasileira, 2000.

IBGE, 2010. **Atlas do censo Demográfico de 2010**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>> , acesso em 11 de maio de 2015.

LIMA, Marcus & CARDOSO FILHO, Jorge. Jornalismo, Democracia e Educação: algumas reflexões sobre o Jornalismo Cívico. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação (RBCC-INTERCOM)**, v. 35, n. 02, p. 39-60, jul/dez 2012.

MINISTÉRIO da Educação. **O REUNI**. Disponível em: <<http://www.reuni.mec.gov.br/expansão/>>. Acesso em 20 de abril de 2015.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política, Trabalho apresentado ao **XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)**, Caxambu/MG, 22 a 26 de outubro de 2002.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa, Editorial Presença, 1987.



*Original recebido em: 12/05/2015*

*Aceito para publicação em: 17/03/2016*

*Daniela Abreu Matos*

Doutora em Comunicação, UFMG. Docente do Centro de Artes, Humanidades e Letras, UFRB.

*Jorge Cardoso Filho*

Doutor em Comunicação, UFMG. Docente do Centro de Artes, Humanidades e Letras (UFRB) e do POSCOM (UFBA).

*Jussara Maia*

Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas, UFBA. Docente do Centro de Artes, Humanidades e Letras, UFRB.

*Luiz Henrique Sá da Nova*

Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas, UFBA. Docente do Centro de Artes, Humanidades e Letras, UFRB.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons.

